



Intervenção na Assembleia Municipal de Lisboa

Ex^a Sra. Presidente da AML

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Exmo. Senhor Presidente da CML

Exmas Senhoras e Senhores Vereadores

Minhas senhoras e meus senhores

Trazem-nos hoje aqui as preocupações que nos trouxeram há 2 anos aquando da discussão e aprovação da proposta de descentralização de competência e transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia.

Verificamos que compromissos assumidos pela CML, quer com os trabalhadores quer com as JF, não estão a ser cumpridos. São disso exemplo o acesso à medicina no trabalho da CML, o gozo das folgas acumuladas na CML, ou o recebimento do trabalho extraordinário, quando em situação de baixa médica por acidente. A falta de manutenção do edificado por parte da CML, que transitou para as JF. A indefinição do desempenho de competências entre as JF e a CML, nomeadamente na Limpeza Urbana, é outro problema detetado.

Sobre a desconcentração de competências para as Juntas de Freguesia, o STML sempre manifestou a sua oposição a este processo conduzido pelo executivo municipal do PS, com o apoio do PSD. Na altura chamámos a

atenção para o que de negativo representaria toda uma opção que abria portas ao desmantelamento do serviço público de Limpeza Urbana Municipal. Contestámos e criticámos a dispersão de meios humanos e técnicos, além da destruição da estratégia até então consolidada da economia de escala, que permitia rentabilizar e tornar mais eficazes os serviços públicos que podem e devem atuar no interesse exclusivo da população e da cidade de Lisboa.

Infelizmente os aspetos que o STML considerou de negativos naquela data estão agora a verificarem-se.

Referimo-nos concretamente à decisão do atual executivo da JF das Avenidas Novas em concessionar parcialmente, a varredura e a lavagem da via pública.

À data alertámos para o facto de não terem sido discutidas com as Juntas de Freguesia, de forma atempada e responsável, as reais necessidades de cada uma delas, no que concerne a meios humanos e postos de limpeza necessários à concretização das várias competências então atribuídas.

Perante as dificuldades resultantes das contingências atrás referidas, perfeitamente expectáveis, o executivo PSD da Junta de Freguesia das Avenidas Novas optou pela concessão da limpeza da via pública de parte da área geográfica da freguesia.

A JF assumiu esta decisão em detrimento da contratação dos trabalhadores considerados necessários, à semelhança do que se verificou em outras

Juntas de Freguesia, e de manter o recurso ao trabalho extraordinário para o qual recebeu as respetivas verbas da CML.

Embora o executivo da JF das Avenidas Novas afirme que a concessão é uma experiência temporária e limitada geograficamente, não deixa de ser um sinal preocupante para a população e para os trabalhadores deste setor profissional, pois podemos mais facilmente confrontar-nos com a tentativa de privatização global e definitiva deste importante serviço público.

Será negativo para a população, porque os custos da concessão ou privatização deste serviço, serão sempre mais elevados do que o investimento em meios próprios a curto ou a médio prazo pela Junta de Freguesia. Para os trabalhadores será igualmente negativo porque, para além da redução imediata dos seus rendimentos, vêem o seu posto de trabalho em risco.

Não esquecemos que todos os processos de privatização ocorridos nos últimos anos no nosso País, e com bastantes exemplos infelizmente no concelho de Lisboa, têm como consequência numa primeira fase, a redução de postos de trabalho, a retirada de direitos associada a uma diminuição de rendimentos e a uma degradação inaceitável das condições de trabalho, provocada pela ausência de investimento habitualmente ausente das preocupações de quem exclusivamente procura uma elevada taxa de rentabilidade.

Por este motivo e sempre contra a tentativa de privatização da varredura e lavagem da via pública na freguesia das Avenidas Novas, os trabalhadores deste sector manifestaram-se em frente à sede da JF no passado dia 30 de Outubro.

É esse protesto que aqui trazemos, com a certeza que não desistiremos de lutar pela defesa do serviço público no Município, considerando os verdadeiros interesses da população da Cidade e dos direitos dos trabalhadores que representamos.

Obrigado.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2015